



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CTFC

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e dos arts. 90, III, 397, § 1º e 400-A, do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Exmo. Sr. Ministro de Estado das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e do Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, Bento Albuquerque, para que compareçam a esta Comissão, em Reunião Conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a fim de prestar informações sobre as circunstâncias da assinatura de Ata Diplomática entre os governos do Brasil e Paraguai sobre a venda do excedente de energia da Usina Binacional de Itaipu

JUSTIFICAÇÃO

No final de julho de 2019 iniciou-se uma grave crise institucional no governo do Paraguai envolvendo um acordo, até então, secreto, assinado em 24 de maio do mesmo ano, entre os governos do país e do Brasil. Tal acordo alterava o preço de venda de energia ao Paraguai até 2022. Os novos valores para a compra de energia por este país seriam 50% superiores aos valores pagos atualmente ao Brasil. Essa alteração elevaria os custos paraguaios na operação em US\$200 milhões.

Em 24 de julho, o então presidente da Administração Nacional de Eletricidade (Ande) do Paraguai, Pedro Ferreira, renunciou ao cargo por discordar e



por se recusar a assinar o acordo. Os termos do documento eram secretos até aquele momento e sua divulgação instaurou uma grave crise no Governo Paraguuaio.

Além de Pedro Ferreira, após a divulgação dos termos do pacto, renunciaram, o ministro das Relações Exteriores, Alberto Castiglioni; o embaixador do Paraguai no Brasil, Hugo Sanguier; o diretor paraguaio da usina binacional de Itaipu, José Alderete; o chefe da companhia estatal de energia, Alcides Jiménez; e a secretária de Prevenção de Lavagem de Dinheiro, María Epifania González.

A situação levou a oposição paraguaia a ameaçar o Presidente Mario Abdo Benítez com um pedido de impeachment, protocolado em 31 de julho. No dia 1º de agosto, após a ameaça de impeachment, o Governo Paraguuaio cancelou, unilateralmente, o acordo secreto assinado, em 24 de maio de 2019, entre os dois países.

No entanto, ainda há muito a ser explicado sobre esse acordo. Denúncias publicadas na imprensa paraguaia mostraram mensagens de texto trocadas entre o José Miguel Rodríguez González, que se apresentou como assessor jurídico da vice-presidência do Paraguai, e Pedro Ferreira, o então presidente da Ande. As mensagens foram entregues por Pedro Ferreira ao Ministério Público Paraguuaio. Essas denúncias culminaram em outro pedido de impeachment no país, dessa vez, com o Vice-Presidente, Hugo Velásquez como alvo.

Nas mensagens, José Rodriguez diz estar tratando, em nome do Vice-Presidente paraguaio, Hugo Velásquez, do interesse de compra de energia por parte de representantes da empresa brasileira Léros, que, segundo as mensagens, representariam a “família presidencial do país vizinho”, ou seja, do presidente Jair Bolsonaro.

José Rodriguez buscava garantir exclusividade de comercialização do excedente de energia do Paraguai, para a empresa brasileira Léros. Pedro Ferreira esclareceu que não poderia haver exclusividade, pois a venda deveria ser feita



por meio de um processo licitatório. O texto que permitia ao Paraguai vender seu excedente de energia a qualquer empresa no mercado brasileiro foi retirado do texto final do acordo.

Nas mensagens, Rodrigues menciona, ainda, o nome de Alexandre Giordano. Giordano confirmou, em entrevista, ter participado de uma reunião no Paraguai para tratar da venda de excedentes de energia de Itaipu.

A Usina Binacional de Itaipu é a maior geradora de energia elétrica do mundo. É de vital importância para os dois países. Portanto, não se pode admitir que acordos que tratem de tema de tamanha relevância sejam firmados em segredo. É preciso conhecer, de fato, quais os termos da Ata Bilateral assinada secretamente em 24 de maio, e cancelado pelo Paraguai; e, mais importante, quais interesses estavam sendo defendidos na assinatura deste acordo.

Há graves denúncias de que as negociações foram realizadas para beneficiar uma empresa brasileira específica, com a participação de políticos do partido do Presidente da República e em nome do mais alto mandatário do país e de sua família. É preciso, portanto, esclarecer as reais circunstâncias e interesses por trás da rápida e secreta assinatura deste acordo.

Sala da Comissão, de de .

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)